

Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

• **MONETARY OVERHANG AND REFORMS
IN THE 1940s**
Rüdiger Dornbusch
Holger Wolf

• **ALTA INFLAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO:
GRADUALISMO OU TRATAMENTO DE
CHOQUE**
Fernando J. Cardim de Carvalho

• **A ABORDAGEM MICROECONÔMICA DA
INDEXAÇÃO SALARIAL**
Giácómo Balbinotto Neto

• **“OS NEO-RICARDIANOS” DE FRANK
HAHN**
Roberto Camps Moraes

• **OS NEO-RICARDIANOS**
Frank Hahn

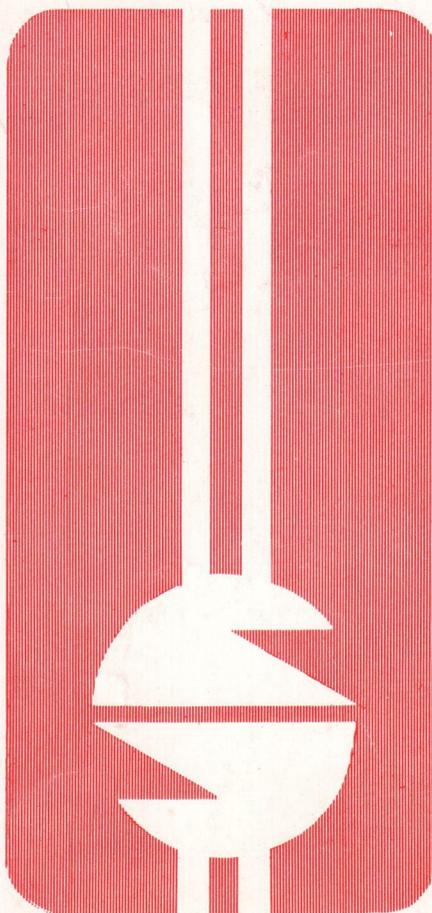
• **INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA E OS GASTOS
EM ALIMENTOS**
João Rogério Sanson

• **CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA
TRIBUTÁRIA**
Raymundo Guimarães

• **EFEITOS ESPACIAIS DA AUTOMAÇÃO
BANCÁRIA**
Moema Castro Debiagi
Otília Beatriz Kroeff Carrion

• **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A
QUESTÃO AMBIENTAL**
Ademar Ribeiro Romeiro

• **CONSIDERAÇÕES SOBRE A
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**
Nail de Jesus de Souza



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof Tuiskon Dick

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretora: Profª Yeda Rorato Crusius

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Reinaldo Ignacio Adams

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Nali de Jesus de Souza

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Coordenador: Prof. Atois Freitas Grawunder

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Fel-dens, Atois Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Ermani Hick-mann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pin-to, **Otilia Beatriz Kroeff Carrion**, **Otto Guilherme Konzen**, **Paulo Alexan-dre Spohr**, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Rober-to Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, David Gar-low (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Au-gusto Lanzer (UFSC), Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), Joaquim Pinto de Andra-de (UNB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.)

COMISSÃO EDITORIAL: Atois Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos), Zélide Bregalda (Secretária)

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista **Análise Econômica** são de ex-clusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revista congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação (vide normas na 3ª capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte desti-natário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA

Revista **Análise Econômica**

Av. João Pessoa, 52

90.040 – PORTO ALEGRE (RS), BRASIL

Telefones: (0512) 28.1633; 24.6022 – Ramais 3440 e 3507

FAX: (0512) 25.1067

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nali de Jesus de Souza*

SINOPSE

Este trabalho tem como objetivo externar algumas reflexões sobre a elaboração de uma dissertação de mestrado, com ênfase na de Economia. Insiste-se na questão da eficiência, isto é, na conciliação da qualidade com o tempo de sua realização. Comentam-se os procedimentos metodológicos com vistas à apresentação da Proposta de Dissertação, centrando-se na questão a investigar e na hipótese a ser testada. Em anexo, discute-se o tema Métodos Científicos, procurando estabelecer os marcos iniciais para aqueles que desejarem aprofundar o seu estudo.

1. CONCEITO DE DISSERTAÇÃO

Inicialmente, é indispensável estabelecer a diferença entre o termo “dissertação” e a palavra tese. Dissertar significa discorrer sobre determinado tema, de forma abrangente e sistemática. Assim sendo, a dissertação (ensaio elaborado com vistas ao título de mestre), normalmente, não requer originalidade, mas revisão bibliográfica acurada, teórica e empírica, e sistematização das idéias e conclusões acerca de determinado tema. A tese, associada aos trabalhos de doutoramento ou de livre-docência, tem um rigor maior, tanto do ponto de vista metodológico, como teórico. O termo tese, que vem do grego *thesis*, significa uma proposição que se enuncia e que se defende. Na filosofia de Hegel é o primeiro termo de um sistema dialético que se confronta com o segundo, a *antítese*, que produzirá a conclusão, ou *síntese*. Essa proposição original dá lugar a um conjunto de *argumentações* que forma um corpo doutrinário coerente, podendo ser organizado em partes ou capítulos.

A proposição inicial, que dará origem à pesquisa, geralmente emerge de um problema, ou dificuldade, que se pretende resolver. A es-

* Professor do Departamento de Economia e do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS; professor da disciplina “Seminários de Dissertação” (mestrado em economia). O autor agradece aos professores João Rogério Sanson e Pedro Cezar Dutra Fonseca pelos comentários efetuados, eximindo-os, todavia, da responsabilidade por eventuais erros e pelas “considerações” do texto.

| | | | | |
|-------------------|-------|-------|----------------|------------|
| ANÁLISE ECONÔMICA | ANO 9 | Nº 16 | SETEMBRO, 1991 | P. 153-165 |
|-------------------|-------|-------|----------------|------------|

se problema se estabelece uma resposta provisória, ou hipótese. Além da hipótese a ser testada, o problema ou tema traz à tona, de imediato, o objetivo da pesquisa. A tradição acadêmica tem empregado o termo hipótese para a proposição inicial a ser defendida e a palavra tese para o corpo do trabalho, isto é, para o conjunto de argumentações lógicas e testes empíricos que levarão à aceitação ou à rejeição da hipótese.

A dissertação pode partir, pois, de uma proposição inicial a ser defendida, mas não tem necessariamente o rigor analítico da tese, isto é, não se exige que a hipótese de trabalho tenha, obrigatoriamente originalidade. A dissertação pode ser uma resenha crítica sobre um tema específico. Com efeito, o Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, como lembrou Pereira (1989), afirma que, através da dissertação, o aluno deve revelar conhecimento da bibliografia atualizada em relação ao tema em estudo e capacidade de sistematização de idéias, enquanto a tese exige, em princípio, contribuição teórica e empírica originais ao estoque do conhecimento. Assim sendo, normalmente, uma dissertação pode e deve ser feita em muito menos tempo do que uma tese.

2. O TEMPO DE ELABORAÇÃO DE UMA DISSERTAÇÃO

O tempo para elaboração de uma dissertação de mestrado, conforme o período das bolsas concedidas pelas agências governamentais, para a segunda fase do mestrado, é de 12 meses, excluídos os 18 meses da primeira fase, quando o aluno cursa as disciplinas.

A habilidade do aluno em realizar sua dissertação em prazo mais curto é uma variável que poderia ser levada em conta por ocasião da defesa oral da mesma. Do ponto de vista dos custos e benefícios sociais, pode ser preferível uma dissertação razoável (em termos de qualidade) e rápida, do que uma dissertação de qualidade um pouco superior, mas feita em muito mais tempo. Não havendo limitação de tempo, muitos estudantes acabam escrevendo dissertações que são verdadeiras teses de doutoramento. Fazendo mais do que se exige, não apenas alocam menos eficientemente seu tempo, recebendo em troca apenas um título de mestre, como desperdiçam recursos públicos.

Evidentemente que uma dissertação bem escrita, em seis anos, por exemplo, pode gerar um bom livro e dar uma contribuição relevante para a comunidade científica. Sempre haverá contribuições isoladas e importantes para o progresso da Ciência. Muitos ainda poderão não aceitar considerações de eficiência, argumentando que não se pode estabelecer barreiras à Ciência. O que se está pretendendo aqui é chamar a atenção que é possível e desejável reduzir o tempo de elaboração de dissertações, teses e mesmo de livros, sem prejuízo da qualidade. A chave dessa conciliação depende da organização do estudante, de sua dedicação ao

trabalho, da orientação e, sobretudo, da delimitação precisa do tema em estudo.

Para maior rapidez e eficiência é necessário que o aluno tenha **objetivos** claros, assim como métodos adequados ao teste da hipótese. É preciso que o aluno saiba **delimitar a abrangência** do tema: a) **no tempo**: uma década, por exemplo, em vez de duas ou mais; b) **no espaço**: região ou país, no lugar de um continente;¹ c) **no conteúdo**: o estudo dos “Fatores do Afluxo do Capital Estrangeiro no Brasil, na Década de 50”, é muito mais preciso do que a análise das “Causas do Crescimento Econômico Brasileiro na Década de 50”.

Com o tema bem delimitado, a dissertação poderá ser efetuada em **um ano**, ou menos, sem que deixe de ser rigorosa e bem-redigida, abrangendo os aspectos relevantes.

A dissertação de mestrado é um trabalho de iniciação à pesquisa e não, necessariamente, um estudo que deverá deixar “marcas” na comunidade científica do País. Se o aluno conseguir ganhar o prêmio BNDES (ou SOBER), tanto melhor. Mas esta, certamente, não será sua meta. O objetivo de um trabalho científico consiste na obtenção de respostas para a proposição inicial, ou em sistematizar uma questão específica. A definição precisa do objetivo a ser atingido e a escolha do método adequado são muito importantes para minimizar o tempo de realização da pesquisa, que lhe fornecerá o título de mestre, para não retardar seu ingresso no mercado de trabalho ou sua candidatura a algum curso de doutoramento no País ou no exterior, completando sua formação de cientista. Segundo Pereira (1989), somente o doutorado forma o pesquisador. A dissertação é um trabalho de iniciação científica e o comportamento do aluno, do orientador e da banca examinadora precisa ser coerente com esse princípio. Na tese de doutorado, e nas pesquisas futuras, o amadurecimento científico do cientista deverá, então, aflorar.

Muitos economistas, professores e pesquisadores de grande projeção na comunidade acadêmica nacional, na atualidade, produziram dissertações e teses de qualidade apenas razoável. Não se faz, em absoluto, apologia da mediocridade. Apenas ressalta-se que o aluno não precisa encarar sua dissertação (ou tese) como o trabalho de sua vida, suscetível de arrebatá-la a comunidade científica. É necessário, isto sim, que seu trabalho seja visto por ele como uma pesquisa séria, bem-estruturada, contendo um problema a ser estudado, objetivos e hipóteses. Cumpridos os objetivos da dissertação, após a defesa, o aluno poderá extrair dela um artigo a ser apresentado no Encontro Nacional de Economia da ANPEC ou da SOBER, ou para enviá-lo para publicação em uma revista de cir-

¹ Por exemplo, a análise dos “Fatores do Afluxo do Capital Estrangeiro no Brasil na Década de 50” é muito mais específico do que esse mesmo tema para o caso da América Latina ou, mesmo, para o Brasil, mas englobando todo o século XIX.

culação nacional. A eficiência na elaboração da dissertação depende, também, da escolha de um método de trabalho adequado à questão a investigar e aos objetivos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS²

O primeiro passo para escrever a dissertação é escolher a área de especialização. Do ponto de vista racional, o aluno deveria escolher a área em que possuir “vantagens comparativas”, isto é, maior conhecimento. Se na fase teórica do mestrado cursou duas ou mais disciplinas de economia internacional ou de organização industrial, será normal que escolha uma dessas áreas para sua dissertação. Se não cursou nenhuma disciplina de finanças públicas ou nunca realizou uma pesquisa relacionada com essa especialização, certamente não será aconselhável fazer a dissertação nessa área, porque levará mais tempo. Neste caso, precisará adquirir conhecimentos específicos através de uma seqüência de leituras feitas por conta própria, nem sempre estruturada e orientada por um especialista da área, tal como ocorre em disciplinas regulares.

Escolhida a área, o passo seguinte será conversar com os orientadores e pesquisadores da especialidade a fim de inteirar-se dos tópicos passíveis de serem estudados, por serem ainda pouco explorados, e colher a bibliografia. As leituras deverão começar por trabalhos de caráter geral, resenhas e conclusões de dissertações e teses onde, na maioria das vezes, são indicadas as linhas de pesquisas futuras.

O objetivo dessas leituras e entrevistas é a **delimitação do problema** ou questão a investigar. A hipótese ou questão central, às vezes, não é delimitada com facilidade. É preciso muita leitura e reflexão. O sucesso da dissertação, em termos de eficiência ou economia de tempo, depende da capacidade do aluno em delimitar com precisão o tema a investigar.

Delimitada a questão a investigar, o passo seguinte consiste na **escolha do método** a ser empregado no estudo. Em função da hipótese de trabalho, o aluno utilizará econometria, programação linear, análise fatorial, ou indicadores simples, como análise de variância e taxas de crescimento. Este último método é bastante utilizado em análises históricas, quando comparam-se documentos e citações de autores dignos de crédito. A qualidade de uma dissertação independe da sofisticação do método. Se usar programação quadrática para avaliar proposições que poderiam ser verificadas através do uso de indicadores simples, o aluno estará, a exemplo do caçador, usando um canhão para abater uma perdiz.

² Veja, no Anexo B, uma discussão acerca dos métodos dedutivo, indutivo e do positivismo lógico.

Quem precisa ser sofisticado, como comentou Castro (1977), é o analista e não, necessariamente, o modelo empregado na análise.

No outro extremo, o pesquisador precisa evitar a “**análise do elevador**”, isto é, as descrições banais do sobe-e-desce. Embora um pouco de análise descritiva seja necessária, tanto em trabalhos envolvendo análises históricas, como nos estudos que empregam métodos quantitativos, para evitar a aridez dos números e das fórmulas, o aluno precisa ter em mente que, em todos os casos, o pesquisador precisa ser **analítico**, salientando as estruturas e verificando o que realmente está ocorrendo por detrás das tabelas e dos gráficos. A metodologia precisa, pois, ser coerente com o tema, os objetivos e a hipótese, determinando, em grande parte, a estrutura do trabalho.

4. ESTRUTURA DE UMA PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO

Uma proposta de dissertação, a ser apresentada ao professor orientador e à comissão coordenadora do mestrado, precisa ser redigida de forma clara, de sorte a mostrar a relevância do tema e a viabilidade de realização da pesquisa.

Em princípio, ela apresenta a seguinte estrutura:

A – Título Provisório: O título precisa ser claro, dando idéia do conteúdo do estudo e delimitando o tema no tempo e no espaço. Exemplo: “Os Fatores de Atração do Capital Estrangeiro no Brasil na Década de 50”.

B – Problema Geral: o aluno precisa determinar a questão específica a investigar. Partindo de um problema, é necessário estabelecer limites ao que é relevante e possível de ser pesquisado. A técnica consiste em cercar o tema com questões. Por exemplo, poder-se-ia perguntar qual a importância da acumulação de capital no desenvolvimento econômico? Por que é importante o afluxo do capital estrangeiro? Por que é relevante o conhecimento dos fatores do afluxo do capital estrangeiro no Brasil? Por que a década de 50? Pode ser dito que a década de 50 foi escolhida por ser o palco das grandes transformações ocorridas na estrutura industrial brasileira e por ter havido grande afluxo de capital externo no País, juntamente com a abertura do setor de mercado interno às multinacionais. As respostas vão formando uma espécie de justificativa quanto à importância do tema proposto.

C – Questão a Investigar: partindo-se do problema geral, o aluno chegará ao problema específico ou questão a investigar. No exemplo apresentado, pode-se perguntar qual o conjunto de fatores que provocou a aceleração do afluxo de capitais estrangeiros no Brasil, no período, principalmente na segunda metade da década de 50. Poder-se-ia investi-

gar, também, como corolário, quais os fatores que inibiram o afluxo de capitais estrangeiros no País, na primeira metade da década referida.

D – Objetivos: nesse tópico, o aluno poderá delimitar ainda mais o tema. Por exemplo, poderá comprometer-se com a explicação do afluxo de capitais apenas na segunda metade de década de 50. Esse seria o objetivo geral. **Objetivos específicos** poderiam, ainda, ser arrolados. No exemplo proposto, os objetivos específicos poderiam ser assim formulados: a) contribuir para uma melhor compreensão dos acontecimentos relativos à política econômica externa do Governo J.K.; b) avaliar as políticas econômicas do período em relação ao capital estrangeiro no País, etc.

E – Hipóteses: se for o caso, o aluno apresentará a hipótese a ser testada.³ Em princípio, relacionará a questão a investigar com a teoria econômica. No exemplo fornecido, a política econômica liberal da segunda metade da década de 50 e o pensamento desenvolvimentista não-nacionalista no Governo J.K. parecem ter sido os elementos responsáveis pelo aumento do afluxo de capitais externos no Brasil e pelo crescimento econômico acelerado do período. Neste exemplo, pode-se formular a hipótese segundo a qual a Instrução 113 da SUMOC, de 1953, na gestão de Eugênio Gudin no Ministério da Fazenda e de Otávio Gouveia de Bulhões, na SUMOC, foi o principal fator de atração do capital estrangeiro no Brasil, em toda a década de 50.

Note que uma hipótese é uma afirmação provisória, mas bastante positiva. O aluno não precisa preocupar-se com a ênfase dada, pois seus dados irão confirmar ou não a hipótese ou dar uma gradação à mesma. Por exemplo, pode-se concluir que a Instrução 113 de 1953 foi importante, mas não o único fator explicativo do afluxo de capitais estrangeiros no País, no período. No decorrer do trabalho, pode-se concluir, ainda, que houve fatores mais relevantes do que a própria Instrução.

Uma segunda hipótese poderia estabelecer que a Lei de Tarifas de 1957, ao instituir tarifas “ad valorem” para as importações e ao proibir importações em caso de haver similar nacional, foi um fator importante de atração do capital estrangeiro na segunda metade da década de 50.

O pesquisador poderá estabelecer hipóteses secundárias, subjacentes ao tema central, como por exemplo: “em épocas de liberalismo ao capital estrangeiro, como ausência de restrições ao repatriamento dos lucros do período em estudo, o afluxo de capitais estrangeiros aumenta, em vez de diminuir”.

³ Convém salientar que nem toda dissertação tem hipótese a ser testada, em função do método adotado e pela própria definição do que seja dissertação. Em dissertações históricas, nos trabalhos relativos à evolução do pensamento econômico de determinada escola, na análise acerca de determinado autor, quando se utilizam processos dedutivos, não se trabalha explicitamente com hipóteses, mas com objetivos específicos, chegando-se a determinadas implicações ou conclusões.

Não há necessidade de esgotar, previamente, as possibilidades explicativas do problema central. O próprio estudo encarregar-se-á de dizer se existem outros fatores mais importantes do que os enumerados nas hipóteses ou nos objetivos específicos. Por outro lado, não há necessidade de enumerar mais de uma hipótese. Delimitando-se com precisão a questão a investigar e os objetivos específicos, a hipótese pode até ser dispensável. Ao longo do trabalho, as hipóteses surgirão em decorrência da própria pesquisa. Contudo, a hipótese de trabalho, formulada antecipadamente, é um ponto de referência inicial muito importante, sobretudo porque dá **segurança** ao pesquisador, no sentido de que lhe fornece a convicção de que chegará a um resultado satisfatório, mesmo se a hipótese inicial não for confirmada, porque poderá aceitar a hipótese contrária. Note que uma **suposição**, diferentemente da hipótese, não é testada, mas considerada verdadeira “a priori”. Se ela mais tarde for testada, deixar de ser uma verdade aceita “a priori”, mas uma hipótese sujeita a erro.⁴

F – Revisão Bibliográfica: O aluno precisa resenhar os principais trabalhos teóricos e empíricos sobre o tema proposto, para demarcar o que foi feito até o momento da pesquisa e o que desenvolverá, isto é, qual será sua contribuição para elucidar a questão que será investigada. O pesquisador assinalará com clareza no projeto se deseja efetuar apenas a sistematização do assunto em pauta. Não é aconselhável comprometer-se com um objetivo difícil de ser alcançado.⁵

Em geral, a revisão bibliográfica começa pelos livros-texto, seguindo-se pelas resenhas, pelos artigos teóricos e, finalmente, pelos trabalhos empíricos realizados no País e no exterior.

A pesquisa bibliográfica consiste em seguir “pistas” de autores, que se encontram, principalmente:

- 1) nas notas bibliográficas dos próprios trabalhos lidos;
- 2) nos anais dos encontros de economia, de economia rural, de econometria e de outras áreas correlatas ao trabalho;
- 3) na revista **Literatura Econômica** do IPEA (extinta);
- 4) no **Journal of Economic Literature**, que possui uma classificação das obras referenciadas por área de especialização;
- 5) no **Dissertation Abstracts International A** e no **Dissertation Abstracts International C**, que arrolam teses de doutorado defendidas nos Estados Unidos, Canadá, Europa e outros países, nas áreas de ciências sociais;
- 6) no **Index to Social Sciences & Humanities Proceedings**, que relaciona trabalhos apresentados em congressos e conferências, em vá-

⁴ Ver Anexo B.

⁵ Segundo Castro (1977, p.55), um “bom” tema de pesquisa precisa ser original, importante e viável.

rios idiomas;

7) no **Social Science Citation Index**, onde se pode pesquisar, por assunto específico e por autor, obtendo-se, também, os autores citados nos trabalhos indexados.

G – Método: Efetuada a revisão bibliográfica, não apenas os objetivos e hipóteses iniciais poderão ser reformulados, como o aluno escolherá o método mais adequado para seu estudo, em função do que observou nos diversos trabalhos empíricos resenhados. Na proposta de dissertação, quando for o caso, o aluno especificará o modelo a ser utilizado, as variáveis empregadas, as fontes de dados primárias ou secundárias. No caso de usar questionário, este deverá ser anexado ao projeto de dissertação, juntamente com o cronograma de execução do trabalho, segundo todas suas etapas. O estudante poderá, ainda, anexar um esquema provisório, ou roteiro do estudo proposto. O objetivo é dar uma idéia da viabilidade do projeto às pessoas que o examinarão.⁶

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo traçar algumas considerações sobre a dissertação de mestrado, com ênfase na de economia, procurando chamar a atenção dos pesquisadores iniciantes para a importância da eficiência na elaboração de qualquer pesquisa.

A eficiência, ou conciliação da economia de tempo com a qualidade, depende da escolha de um tema viável e importante, da delimitação precisa da questão a investigar, do emprego de um método adequado e da organização do pesquisador em seu trabalho. Este último ponto é igualmente muito importante: muitos alunos, por exemplo, dispersam suas forças com a realização de cursos desnecessários do ponto de vista da dissertação e com trabalhos que nada têm a ver com sua pesquisa. Se o aluno for bolsista, com mais forte razão, seu trabalho precisa ser realizado em regime de dedicação exclusiva.⁷

Finalmente, convém igualmente frisar que uma dissertação não é um manual, onde tudo precisa estar contido. O aluno não precisa mostrar erudição, mas capacidade de dar respostas científicas a problemas de pesquisa. Assim, certos capítulos podem ser descartados e guardados para futuras publicações, deixando o trabalho mais “enxuto” e mais objetivo.

⁶ Para maiores detalhes sobre metodologia de pesquisa, ver Demo (1980), Ferrari (1982), Lakatos (1988) e Munhoz (1979). Em relação ao método em economia, ver, por exemplo, Bianchi (1986), Castro (1977), Keynes (1917), Marchal (1952) e Robbins (1947).

⁷ O sistema CNPQ/CAPES, operando com recursos públicos, que são escassos, também procura ser eficiente. Através do “Termo de Compromisso”, assinado pelo aluno, o sistema proíbe qualquer atividade não vinculada aos objetivos da pesquisa, mesmo não remunerada, sob pena de o aluno perder sua bolsa e ter de devolver as parcelas recebidas indevidamente.

ANEXO A MÉTODOS CIENTÍFICOS

Sinteticamente, os métodos científicos podem ser classificados em dedutivo e indutivo. O método dedutivo parte do conhecimento geral para o particular. Utilizando-se premissas aceitas a priori como verdadeiras, derivam-se conclusões pela argumentação lógica. Se as premissas forem verdadeiras, as conclusões **serão**, necessariamente, verdadeiras. Para os dedutivistas puros, os testes empíricos são, assim, desnecessários.

O **método dedutivo**, conhecido desde o tempo de Aristóteles e amplamente utilizado pela escolástica medieval, é particularmente recomendável para o exame de questões difíceis ou impossíveis de serem testadas, como as que se apresentam, por exemplo, no campo da Teologia, mas que podem ser aceitas à luz da razão e da argumentação lógica.

A crítica argumenta, contudo, que muitas premissas, aceitas a priori como verdadeiras, não resistiriam a testes empíricos. Através do teste empírico, seria possível separar os **sofismas** das conclusões verdadeiras.

Através do **método indutivo**, ao contrário, parte-se de **fatos** particulares, de uma determinada amostra, e procura-se **inferir** verdades universais, no conjunto da população. O indutivismo puro, difundido a partir de experimentos no campo da Física, baseia-se no **determinismo** da natureza, segundo o qual “nas mesmas circunstâncias, as mesmas causas produzem os mesmos efeitos” (Nérci, 1978, p.72, apud Lakatos, 1988, p.48). Essa concepção mecanicista, contudo, tem mudado, principalmente no ramo das ciências sociais. Os procedimentos indutivos passaram, gradativamente, do determinismo ao probabilismo (Crusius, 1986): observou-se que as conclusões sobre determinados fatos não levam à certeza, como no método dedutivo, mas à **probabilidade** de que a hipótese será verdadeira, sob determinadas condições.

A partir desses dois métodos, surgem, em síntese, três grupos de pesquisadores. O primeiro grupo é constituído pelos aprioristas-dedutivistas que rejeitam a análise empírica. No segundo, os empiristas-indutivistas, reconhecem como científico apenas os argumentos suscetíveis de verificação empírica. Em vez de partirem de **axiomas**, como os aprioristas, partem dos **fatos**. A análise perde simplicidade ao abarcar as complexidades do mundo real. O terceiro grupo é o dos **neopositivistas** que utilizam uma combinação dos métodos dedutivo e indutivo. O discurso científico pode conter, segundo eles, tanto os enunciados factuais como os enunciados lógicos. Estes, mesmo que nada afirmem do mundo real, ajudam a organizar o raciocínio. O **positivismo lógico**, seguido pela maioria dos grandes economistas contemporâneos, procura por um fim à disputa estéril entre dedutivistas e indutivistas, combinando os dois

métodos em um terceiro. A grande preocupação dos neopositivistas é separar a ciência da metafísica, eliminando do discurso científico as tautologias, os juízos de valor (ideologias) e as proposições imprecisas (ver Castro, p.38 e seguintes).

Friedman (1981), seguindo essa tradição, distingue a ciência positiva (aquilo que é) da ciência normativa (aquilo que **deve** ser) e estabelece a diferença entre pressupostos, hipóteses e implicações. Os pressupostos não estão sujeitos a testes empíricos, mas são aceitos como verdades “a priori”.⁸ Eles são estabelecidos pelo raciocínio lógico, formando um corpo teórico, através do qual as hipóteses a serem testadas são deduzidas. Feito o teste, chega-se a verdades universais (indução), generalizando-se as implicações da aceitação ou da rejeição das hipóteses para o universo dos dados.

Se a hipótese não explicar o mundo real, será refutada. As teorias passam a ser provisórias e não definitivas. Os enunciados científicos não são apenas verificáveis, em princípio, mas também falseáveis. Um enunciado necessariamente verdadeiro não será científico, mas tautológico.

O surgimento de métodos alternativos aos procedimentos indutivos puros deve-se, principalmente, à impossibilidade de se chegar à certeza (probabilidade maior ou menor de erro) e à dificuldade de generalização, isto é, a questão de como proceder o salto indutivo de **alguns** para **todos** pode se traduzir em erro. Além disso, argumenta-se, a ciência tem progredido historicamente a partir de soluções dadas a **problemas** e não a fatos.

Dentro dessa linha de raciocínio, destaca-se o método **hipotético-dedutivo** de Popper, segundo o qual a pesquisa surge de um problema, originando conjecturas, hipóteses e teorias. As hipóteses são, após, submetidas a testes empíricos, cu tentativas de falseamento. Aquelas que não forem refutadas passam a ser consideradas verdades provisórias e válidas para determinado contexto e sob certas condições, passando a constituir teorias (ver Lakatos, item 2.5).

As conjecturas, estabelecidas dedutivamente, a partir de um determinado problema, podem gerar uma série de fatos adicionais e o estabelecimento de amostras estatísticas. A hipótese escolhida será, então, testada e as conclusões generalizadas indutivamente para situações seme-

⁸ Segundo Friedman (1984, p.181), uma hipótese não pode ser refutada pelo irrealismo de seus pressupostos, mas pela eventual incapacidade de explicar o mundo real. Por exemplo, a hipótese da maximização de lucros implica os pressupostos de que os empresários desenham curvas de demanda e de custos, calculam custos e receitas marginais. Embora isso possa não ocorrer, eles agem como se calculassem, pois se assim não fosse, em uma economia competitiva, no longo prazo, sairiam do mercado. A permanência de empresários no mercado implica a aceitação da hipótese.

lhantes. As hipóteses permanecerão válidas enquanto não forem desmentidas pelos testes.⁹

Através da argumentação lógica, novos pressupostos, conjeturas e hipóteses serão deduzidos e incorporados aos modelos a serem testados. A busca de verdades, no domínio do relativo, é o apanágio da Ciência. Porém, a Verdade, em Filosofia, transcende o domínio da Ciência porque atinge o Absoluto.

ANEXO B

ESTRUTURA SUGERIDA DE UM PROJETO DE DISSERTAÇÃO

1 – INTRODUÇÃO

1.1 Questão a Investigar

1.2 Objetivos e Hipóteses

1.3 Justificativa e Importância do Estudo

2 – REVISÃO DA LITERATURA: UMA VISÃO GERAL

2.1 Vertente Teórica: Resumo do Estado Atual do Conhecimento

2.2 Trabalhos Empíricos Realizados no Brasil e no Exterior

2.3 Situação Atual da Teoria: Contribuições Eventuais a Serem Dadas Pelo Estudo. Linha a ser Seguida em Relação à Revisão Durante a Elaboração da Dissertação.

3 – METODOLOGIA

3.1 Modelos Utilizados na Literatura

3.2 Modelo Proposto e Especificação das Variáveis

3.3 Fonte dos Dados: Confrontação com as Variáveis do Modelo a ser Utilizado.

4 – ESQUEMA PROVISÓRIO

Capítulos e Seções (índice completo)

5 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapas Demarcadas no Tempo, Incluindo Previsão de Defesa.

6 – BIBLIOGRAFIA

7 – ANEXO

Revisão Detalhada da Literatura (opcional)

⁹ Uma proposição é verdadeira para os neopositivistas, se for passível de ser submetida a testes empíricos (princípio da verificabilidade). A medida que um conjunto de hipóteses é aceito empiricamente, ele passa a constituir o corpo de uma teoria. Essa teoria e suas hipóteses são confrontadas continuamente com os dados do mundo real, para serem confirmadas ou não (princípio da confirmabilidade de Carnap) (Ver Crusius, 1990).

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, L. da R. et alii. **Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 117p.
- BRIDGMAN, P.W. **The logic of modern physics.** New York, The Macmillan, 1927.
- BIANCHI, Ana Maria (org.). **Questões de método na ciência econômica.** São Paulo, IPE/USP, 1986 (Série Relatórios de pesquisa, n.28). 129p.
- _____. **Metodologia da Economia. ensaios.** São Paulo, IPE/USP, 1988. 146p. (Série Ensaios econômicos, n.74).
- CASTRO, Cláudio Moura. **A prática da pesquisa.** São Paulo, McGraw-Hill, 1977. 156p.
- _____. **A teoria da baleia e a gerência da pesquisa.** *Literatura Econômica*, v.1, n.2, p.113-20, 1979.
- CRUSIUS, Carlos A. **Do determinismo ao probabilismo em Economia.** In: BIANCHI, Ana M. **Questões de método na ciência econômica.** Op.cit., p.70-81.
- _____. **Econometria e verificabilidade de teorias econômicas.** Porto Alegre, Departamento de Estatística da UFRGS (Texto para discussão), mimeo.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo, Atlas, 1980.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo, Perspectiva, 1977.
- FERGUSON, C.E. **Microeconomia.** Rio de Janeiro, Forense, 1984. Cap.1.
- FERRARI, Alfonso T. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo, McGraw-Hill, 1982. 318p.
- FRIEDMAN, Milton. **A Metodologia da economia positiva.** *Edições Multiplic*, 1, n.3, p.163-200, fev. 1981.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna.** Rio de Janeiro, FVG, 1986. 519p.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **Métodos em ciência econômica.** *Edições Multiplic*, 1, n.2, p.115-27, dez. 1980.
- HAYEK, Friedrich A. **A Pretensão do conhecimento.** *Edições Multiplic*, 2, n.5, p.183-93, abril 1982.
- KEYNES, John Neville. **The scope and method of political economy.** Londres, MacMillan, 1917.
- LAKATOS, Eva M. & MARCONI, Marina de A. **Metodologia científica.** São Paulo, Atlas, 1988. 231p.
- MARCHEL, André. **Méthode scientifique et science économique.** Paris, Génin, 1952. 2v.
- MUNHOZ, Dércio G. & MATTOS, Hélio, de C. **Técnicas de pesquisa em Economia.** Brasília, UNB, 1979 (mimeo). 240p.
- NAGEL, Ernest. **Pressupostos em Teoria Econômica.** *Edições Multiplic*, v.2, n.5, p.227-36.
- NÉRICI, Imídio G. **Introdução à lógica.** 5 ed. S. Paulo, Nobel, 1978.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O equívoco dos mestrados.** In: *Isto é Senhor*, n.1019, 29 março 1989, p.87.
- PRADO, Eleutério da S. **Um reexame de "A metodologia da ciência positiva".** São Paulo, IPE/USP, 1988. 24p. (Texto para discussão, n.12).
- _____. **A Economia como ciência e a transição da economia clássica para a economia neoclássica.** *Análise Econômica.* Porto Alegre, UFRGS, Ano 7, n.12, p.49-62, nov. 1989.
- ROBBINS, Lionel. **La nature et la signification de la science économique.** Paris, Librairie de Médecis, 1947.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Ciência e ideologia.** *Edições Multiplic*, n.3, p.129-44, fev. 1981.
- _____. **Sozialpolitik e o método histórico.** In: _____. **História da análise econômica.** São Paulo, Fundo de Cultura, 1964. v.3, p.68-96.
- SOUZA, Nali de Jesus. **Notas sobre metodologia de pesquisa.** Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1984, mimeo, 12 fls.
- STUART MILL, John. **Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela.** In: *Abril Cultural, Coleção os Pensadores*, v.34.

ABSTRACT

MASTER'S OF SCIENCE DISSERTATION CONSIDERATIONS

This study aims at presenting some thoughts concerning the elaboration of a Master of Science dissertation, emphasizing in Economics. The issue of efficiency in working out the dissertation is stressed, id est, how to conciliate quality and limit of time in preparing the study. Methodological procedures in order to prepare the Dissertation Proposal are discussed, stressing the research question and the hypothesis to be tested. In appendix, the Scientific Methods issue is discussed aiming at establishing the initial steps for those willing to deepen into it.